

ATA DA LXXXIX REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

LOCAL: Parque Universitário Norberto Frahm
Rua Herculano Nunes Teixeira, 105, Centro – Rio do Sul/SC

DATA: 03/07/03

HORÁRIO: 14:00 horas

PRESENTES

Secretaria de Estado da Saúde:

Fernando Coruja Agustini, Carmem Emília Bonfá Zanotto, Maria Teresa Locks, Sônia Machado de Souza, Rosina Moritz Silveira.

Conselho de Secretários Municipais de Saúde:

Edson José Adriano (Blumenau), Eroni Coelho (Içara), Tânia Eberhardt (Joinville), Hélio Livino da Silva (Rio do Sul), Teresinha Niehues (São Pedro de Alcântara), Silvano de Pariz (Quilombo), Genair Lourdes Bogoni de David (Concórdia), José Francisco Mora (Flor do Sertão), Marlene Madalena Possan Foschiera (Chapecó).

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A LXXXVIII Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 14h 15 min, sob a coordenação de Fernando Coruja Agustini, com a presença dos membros acima descritos.

DOCUMENTOS RECEBIDOS

- Ofício DP/518/03-537, da Assembléia Legislativa do Estado, indicando credenciamento da UTI Pediátrica do Hospital Universitário Pequeno Anjo de Itajaí;
- Ofício 149/03, da Secretaria de Saúde de Itajaí, solicitando repasse dos recursos pertinentes aos serviços de alta complexidade da Unidade de Terapia Intensiva do Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen;
- Do Conselho Municipal de Saúde de Tubarão, solicitando reavaliação do índice de AIHs para o Hospital Nossa Senhora da Conceição, sugerindo redução gradativa das autorizações;
- Ofício 082/2003, da Secretaria Municipal de Saúde de Blumenau, solicitando credenciamento na área de SIPAC/Ortopedia, para o Hospital Santa Isabel e, ou Hospital Santo Antônio;
- Da Secretaria Municipal de Saúde, e Conselho Municipal de Saúde de Itá, solicitação para a manutenção do número de 28 AIHs para o Hospital daquele município, visto a permanência de população flutuante em consequência da construção da Usina Hidrelétrica;
- Ofício 197/03, da Secretaria Municipal de Braço do Norte, solicitando a participação efetiva do Estado no sentido de assumir a responsabilidade de autorizar os laudos de internações de sua referência hospitalar;
- Ofício 129/03, da Secretaria Municipal de Itajaí, solicitando credenciamento do Centro Clínico e Cirúrgico em Oftalmologia, bem como o repasse dos recursos pertinentes ao referido procedimento;
- Ofício 025/03, do Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Conceição, de Angelina, solicitando apreciação e aprovação do Projeto de Manutenção de Unidade de Saúde do SUS e do seu Plano de Trabalho do referido Hospital;
- Comunicação Interna 576/03, da Gerência de Acompanhamento e Avaliação do SUS, concluindo as habilitações em Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada dos municípios de: Guaramirim, Schroeder, Barra Velha, Massaranduba e Corupá;
- Comunicação Interna 646/03, da Gerência de Acompanhamento e Avaliação do SUS, concluindo as habilitações em Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada dos municípios de: Tangará, Campos Novos, Capinzal, Treze Tilhas, Celso Ramos, Ouro e Erval Velho;
- Ofício 813/03, da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, justificando a ausência do Secretário Manoel Américo, devido ter sido convocado para reunião do CONASEMS;
- Da Secretaria Municipal de Saúde de Balneário Camboriú, solicitando incluir em pauta da

próxima reunião a questão da TRS dos Municípios de Itajaí e Balneário Camboriú.

- Comunicação Interna, da Diretoria de Regulação e Auditoria, encaminhando solicitação de Guaramirim a respeito do quantitativo de AIHs para deliberação na CIB;
- Ofício 021/2003, da Fundação Médico Social Rural de Rio Fortuna, solicitando parecer a respeito do atendimento de pacientes de Braço do Norte, sem a emissão de AIHs;
- Ofício 158/2003, da Secretaria Municipal de Criciúma, solicitando pautar a devolução à SES dos serviços de cirurgias cardíacas, bem como da aprovação de mudança na concepção do Projeto Materno Infantil para o Hospital Infantil Santa Catarina;
- Ofício 039/2003, da Diretoria de Vigilância Epidemiológica, justificando a ausência do Diretor Luis Antônio Silva na reunião;
- Comunicação Interna 328/03, da Diretoria de Vigilância Sanitária, justificativa de ausência de Raquel Ribeiro Bittencourt.

APROVAÇÃO DA ATA

Aprovada a Ata de 27/05/03, com as ressalvas incorporadas na mesma.

TEMAS PARA DELIBERAÇÃO

a) Habilitação de Municípios à Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada
Foram aprovadas as habilitações em Gestão Plena de Atenção Básica Ampliada dos Municípios de: Tangará, Campos Novos, Capinzal, Treze Tílias, Celso Ramos, Ouro, Erval Velho, Guaramirim, Schroeder, Barra Velha, Massaranduba e Corupá.

a) Revisão da Assistência ao Parto: Pacto Cesáreas

A técnica da Diretoria de Regulação e Auditoria do Sistema, Andréa Borb disse que, para a elaboração da Proposta do Novo Índice de Partos Cesáreas por Unidade Hospitalar para o segundo semestre/2003 (quadro anexo), foram considerados aspectos relevantes constatados no estudo técnico realizado, bem como o cumprimento da Portaria Ministerial nº 466 de 14/06/2000.

O Secretário de Estado da Saúde, Fernando Coruja colocou que os hospitais de gestação de alto risco não conseguem cumprir um índice estipulado. Sugeriu um termo de ajuste para cada hospital, para a diminuição do índice.

A Secretária-Adjunta, Carmem Zanotto, disse que a proposta da SES é que os hospitais de referência possam receber pela produção de alto risco.

O Secretário Hélio Livino (Rio do Sul), disse que o estudo é importante, e sugeriu que a Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia se valesse de consulta pública como faz o Ministério da Saúde.

A Secretária Teresinha Niehues (São Pedro de Alcântara) perguntou se o município de Angelina, estando abaixo do índice de 26,6% dos partos cesáreas, precisaria reduzir o índice. O assunto ficou sobrestado para uma próxima sessão.

b) Remanejamento Teto TRS Videira

A Diretora de Regulação e Auditoria da SES, Maria Teresa Locks, apresentou o parecer técnico anexo, o qual foi aprovado, dizendo que cabia aos gestores comunicar os pacientes sobre a transferência, bem como operacionalizá-la.

d) Cota Tomografia e Ressonância Magnética para SES

A Secretária-Adjunta informou que o assunto estava em pauta por conta dos municípios/regiões que têm recursos, mas não conseguem atender algumas demandas específicas.

O COSEMS disse achar a proposta boa, mas pediu detalhamento.

A SES fez a solicitação, e o assunto foi retirado da pauta.

TEMAS PARA DISCUSSÃO

a) Criciúma: Serviço de Cardiologia e Projeto Materno Infantil

O Secretário Orasil Coelho Pina (Criciúma) disse que o projeto inicial era o Hospital Santa Catarina se transformar em hospital referência em gravidez de alto risco, UTI pediátrica e neonatal, ou seja, hospital materno-infantil. No entanto, disse que a obra foi paralisada dois

mêses após o início, e depois foram detectadas algumas distorções no projeto. Solicitou à CIB aprovação de alteração da vocação do projeto de Materno Infantil para Infantil, o que a Mesa entendeu como viável, desde que ouvida decisão do Conselho Municipal de Saúde. Quanto ao Serviço de Cardiologia, falou sobre a decisão de Criciúma de devolver os serviços de Cardiologia ao Estado, e da dimensão política que foi dada à questão no Sul. Por sugestão do Secretário Coruja, foi agendada reunião para buscar resolver a situação da Cardiologia de Criciúma, dia 9 de julho/03, às 10:00 horas, da qual deverá participar um representante do COSEMS. Antecipou possibilidade de se estabelecer fila única para os serviços, incluindo o Instituto de Cardiologia.

b) Atualização/ Distribuição AIHs pela População/2002

O Coordenador CIB/COSEMS, Edson Adriano colocou que há uma preocupação na questão da distribuição das AIHs, perguntando o que está sendo feito para a solução do problema, visto ser um assunto que envolve recursos financeiros.

A Secretária-Adjunta disse que há 17 mil laudos represados em Santa Catarina, gerando uma dívida estimada num valor de R\$ 10.000.000,00. Propôs que fosse revisado o Regimento Interno da CIB, no que trata da questão das Câmaras Técnicas. Segundo ela, a partir do momento que seja deliberado na CIB uma Câmara Técnica, em sua primeira reunião deve ser escolhido um coordenador e estipulado um prazo para os levantamentos e análises necessárias. Disse que a média de distribuição nacional de AIHs vai de 7% a 9% da população, e que Santa Catarina está no menor valor (7%), porque o teto financeiro de cada unidade hospitalar, de cada município em Gestão Plena e do Estado como um todo que correspondem às unidades hospitalares, já está comprometido com os 7%. Salientou que é necessário apontar para o Ministério da Saúde, quanto que é o recurso financeiro correspondente da diferença de 7% para 8%, para chegar à média nacional. Disse ainda que antes da próxima reunião da Tripartite, o Ministro Humberto Costa receberá todos os Secretários de Estado da Saúde, e que Santa Catarina apresentará na oportunidade, o pleito para os serviços de média e alta complexidade, e internação hospitalar.

A Secretária Marlene Foschiera (Chapecó) sugeriu que fosse trazido para discussão na CIB, quais os recursos do Estado repassados para os hospitais, e que fosse elaborado um instrumento como forma de contrato, que demonstrasse o que o Estado espera, de acordo com a realidade de cada região.

O Secretário Coruja concordou com a manifestação da Secretária Marlene, dizendo que o Estado apresentará à Assembléia Legislativa no início de agosto, uma proposta de criação das Organizações Sociais para que se possa fazer contrato de gestão.

Respondendo ao Coordenador CIB/COSEMS, a Secretária-Adjunta disse que a Câmara Técnica formada por representantes da SES e COSEMS, dará retorno num prazo de 60 dias, sobre a situação dos laudos represados, bem como da definição do recurso financeiro faltante. A Secretária Marlene disse que a Câmara Técnica não tem condições de verificar o montante dos laudos represados, sugerindo que esta fizesse o levantamento nos municípios de Gestão Plena, e o Estado dos municípios menores, para após, com um documento da situação, reunir a Câmara Técnica para discutir e retornar para a CIB.

A Diretora Maria Teresa colocou que os laudos represados estão com o prestador e não com o gestor, dessa forma, disse concordar com a Secretária Marlene em executar o trabalho anterior para que a Câmara Técnica possa avançar para um resultado.

O Secretário Coruja disse que a situação dos laudos represados é uma questão de financiamento, e que o problema está nos tetos dos municípios de Gestão Plena, bem como no teto do Estado, sendo necessário uma negociação com o Ministério da Saúde.

INFORMES

a) Relação de Leitos UTI

A Diretora Maria Teresa disse que a planilha dos leitos de UTI já foi encaminhada ao Ministério da Saúde, e que algumas alterações destacadas pelos componentes da mesa serão feitas e encaminhadas.

A Secretária Marlene disse que há necessidade de avaliar a questão dos leitos de UTI em todo o estado, pois existe concentração em algumas regiões e falta em outras.

A Secretária-Adjunta disse que concorda com a Secretária Marlene, e que o Ministério da Saúde solicitou a distribuição dos leitos por região.

A Diretora Maria Teresa acrescentou que na planilha encaminhada ao Ministério, foi a

solicitação para atendimento das prioridades. Destacou as regiões mais necessitadas, assim como a listagem das unidades.

b) PPI/Posição Gestor Estadual

O Coordenador CIB/COSEMS, disse que há um documento da SES estabelecendo prioridades e diretrizes, que será discutido e analisado em reunião com os Secretários e Câmara Técnica da PPI, para posteriormente dar um parecer a respeito.

c) Ficha de Cadastro Estabelecimentos Saúde – FCES

A Diretora Maria Teresa disse que novamente foi comunicado aos 293 municípios do estado, sobre o prazo para cadastramento no FCES (31/07/03), e que o município que não se cadastrar terá problemas com faturamento.

d) Sistema de Comunicação Gestores Públicos

A Gerente de Informação em Saúde, Sônia Machado de Souza, informou o que será disponibilizado aos gestores, um e-mail que terá acesso via página da SES, possibilitando inclusive, comunicação entre os gestores.

e) PROESF

A Secretária-Adjunta disse que na última reunião Tripartite, o Ministério da Saúde informou que está lançando a segunda convocatória para os municípios se habilitarem no PROESF, e aqueles que ficariam para a segunda e terceira etapa, já estão sendo chamados para o treinamento.

f) SISPACTO – Indicadores Atenção Básica

A Gerente de Acompanhamento e Avaliação do SUS, Sônia Linsmeyer informou que a Portaria 456 de 17/04/03, estipula prazo até 11/07/03, para a adaptação dos municípios nos Indicadores da Atenção Básica, alertando os gestores da necessidade, sob pena de serem desabilitados.

g) Relatório Auditorias

A Diretora Maria Teresa apresentou o Relatório das Auditorias, colocando-se a disposição para questionamentos.

ASSUNTOS GERAIS

A Secretária Genair De David (Concórdia) reforçou a solicitação de credenciamento do Hospital Sociedade Beneficente de Ipira. Pediu à SES atualização dos dados para a Campanha de Vacinação de Poliomelite. Perguntou de quem era a responsabilidade do transporte de pacientes de um hospital para outro.

A Secretária-Adjunta disse que a responsabilidade do transporte do paciente dentro do estado é do município, e fora do estado é da SES. Com relação aos dados para a Campanha da Poliomelite, disse que as informações serão dadas pela Diretoria de Vigilância Epidemiológica, pois não poderia informar com precisão.

A Diretora Maria Teresa disse que na questão do Hospital de Ipira, há algumas pendências que, segundo ela, acredita que serão resolvidas muito brevemente.

O técnico Silvio Pipper (Florianópolis) disse que a responsabilidade da transferência do paciente de um hospital para outro é do hospital.

A Secretária Marlene disse que quando o transporte for maior que 80 km, a responsabilidade é do estado.

O Secretário Coruja salientou que a autorização para o transporte em ambulância é do médico regulador.

O Coordenador CIB/COSEMS perguntou se a questão da TRS, quanto à divisão de tetos, já foi resolvida.

A Secretária-Adjunta respondeu que ainda não foi publicada a Portaria, e disse acreditar que o motivo deva ser devido ao estouro de 5 milhões na TRS no país, e que está sendo rediscutido. Assumiu o compromisso de solicitar ao Ministério um parecer formalizado para trazer à mesa da CIB. Pediu autorização ao Secretário Coruja para falar a respeito dos medicamentos excepcionais, relatando que Santa Catarina nos meses de janeiro e fevereiro não alcançou o teto de R\$ 1.350.000,00, e que o mês de março foi mais crítico tendo produzido apenas R\$ 1.080.000,00, e que dessa forma, o Estado perdeu R\$ 125.000,00 para a competência junho,

pois gerou uma série histórica ruim. Explicou que, devido a Resolução que proibia a compra de medicamentos a partir de novembro/2002, fez com que os estoques chegassem a zero, e conseqüentemente não gerasse APACs. Disse que estiveram reunidos com a Diretoria de Assistência Farmacêutica e Setor de Compras, tendo consultado a Assessoria Jurídica, e que ficou definido que não seria mais distribuído medicamentos sem APACs. Acrescentou que devido as liminares ocorridas, foi elaborado um documento informando aos juízes sobre a Política de Medicamentos, o porquê o medicamento não é entregue se não estiver no protocolo; que o recurso financeiro para o medicamento é limitado; que o medicamento é para atender o coletivo e não o individual, bem como outras informações a respeito. Por fim, solicitou aos gestores que orientassem seus técnicos e pacientes, para os preenchimentos dos protocolos necessários, para que não aconteça mais a redução dos recursos. Foram aprovados os municípios de Itapiranga, Vargeão e Canelinha no Programa Bolsa Alimentação.

Nada mais havendo a tratar, eu, Lúcia Helena de Souza, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos Coordenadores.

Florianópolis, 03 de julho de 2003.